

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Judiciário na ordem do dia

Faltam poucos, pouquinhos mesmo, dias para as eleições. Mas o assunto principal, que ocupa a sociedade não é a escolha de quem vai comandar o país, os estados, nos próximos quatro anos. Hoje o tema de todas as conversas, dos noticiários, é o Judiciário que ao longo de nossa história foi discreto, palavra final de grandes crises e sustentáculo da democracia.

Hoje não se fala em eleição. O povo só fala em corrupção no Poder que puniu

tantos corruptos, tantos antidemocratas, tantos bandidos desde que foi criado pela Constituição do Império em 1824, que instituiu o Supremo Tribunal de Justiça. É triste para qualquer cidadão que preza a democracia assistir a crise atual cujo fundo é essencialmente político.

Não há como negar que os fatos que vão surgindo a cada dia, envolvendo ministros do STF, são de extrema gravidade que exigem apurações e punições. O que

se lamenta é que a crise envolvendo os seus ministros têm claramente fundo político. Buscam desmoralizar os ministros togados para recuperar imagem de políticos e auxiliares corruptos punidos por seus atos.

É fato que esta disputa tirou a cortina sobre a corrupção praticada em um Poder até então mais respeitado, mas também é fato que o objetivo desta guerra é trazer de volta à cena política corruptos dela afastados por decisão dos ministros togados hoje acusados. É preciso que a população saiba fazer a leitura dos fatos atuais.

Exigir, sim, punição para todas as “ex-

celências” do Judiciário e do Executivo envolvidos nos fatos que vieram à tona agora, mas não se esquecer de precisa aproveitar as urnas para mudar e limpar os outros Poderes. Conscientizar-se de quem eleger agora em outubro terá a missão de iniciar uma profunda mudança no país.

A campanha eleitoral tem mostrado que uma boa escolha não será tarefa fácil. Há muito despreparo entre os que postulam alcançar ou manter um espaço na política brasileira. Todo cuidado na escolha é pouco. Mudar a política exige mudar os políticos.

FERNANDO MARINHO MEZZADRI

Coordenador-geral do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva/UFPR

Universidade Federal do Esporte, um importante avanço para o desenvolvimento esportivo brasileiro

A criação da Universidade Federal do Esporte – UFESPORTE, por meio da Lei Federal nº 15.457, de 3 de julho de 2026, vem acompanhada, atualmente, de muita expectativa pela comunidade esportiva do país. Em paralelo ao entusiasmo, surgem inúmeros questionamentos em decorrência desta aprovação. Entre tantas questões, pergunta-se qual será a função da UFESPORTE? Como será a integração da universidade com as entidades esportivas e os atletas? Como ocorrerão, na prática, as ações da UFESPORTE? Não há respostas definitivas, mas elencam-se algumas reflexões para compreender melhor esse processo.

Inicialmente, é importante ressaltar o papel da universidade pública brasileira, que se encontra fundamentada na produção do conhecimento, no desenvolvimento científico e tecnológico, na integração entre ensino, pesquisa e extensão, na autonomia universitária, na divulgação científica, na formação de recursos humanos de qualidade, no comprometimento com a transformação social e na igualdade de oportunidades para mulheres, homens, pessoas negras, na diversidade e equidade étnico-racial. Portanto, a Universidade Federal do Esporte parte dos preceitos constitucionais do ensino superior e deve, desde a sua criação, articular de maneira estruturante as

especificidades do esporte em todas as suas dimensões.

Os desafios são enormes para atender às demandas das entidades esportivas, paradesportivas, dos atletas e paratletas neste processo de estruturação da UFESPORTE. O primeiro desafio é compreender e respeitar a posição da universidade no campo esportivo, aproximando o mundo acadêmico, com sua rigorosidade científica, das ações práticas e dos problemas cotidianos das entidades esportivas, dos atletas e paratletas. Essa aproximação se faz por meio de uma extensão forte, capaz de romper os muros e o engessamento das universidades, de um ensino de qualidade com uma visão da atualidade e com pesquisas no campo das ciências aplicadas, procurando atender aos problemas de ordem cotidiana.

O segundo ponto de destaque é a UFESPORTE ter como princípio básico a própria legislação do país, começando pela Lei Geral do Esporte - LGE (Lei nº 14.597/2023), que cria o Sistema Nacional de Esporte (SINESP) e sua articulação entre os níveis de práticas do esporte e as atribuições da União, Estados, Municípios, entidades esportivas do 3º setor e privadas. Assim, os níveis de práticas esportivas devem ser considerados na formação esportiva, na excelência esportiva e no esporte para toda vida. Na LGE, destaca-se o art.8º: “Todos os

níveis da prática esportiva também compreendem o serviço de fomento, difusão e aplicação do conhecimento científico e tecnológico e da inovação por meio do apoio a pesquisas e produções científicas a programas de formação...”. Como se pode observar, há estreita ligação entre a UFESPORTE e a LGE.

Ainda no aspecto da legislação, além da LGE, é relevante citarmos o Decreto nº 11.766/2023, que gerou a Rede de Desenvolvimento Esportivo, que tem a finalidade de servir como mecanismo de governança intersetorial e intergovernamental para o fomento da prática esportiva e de atividade física no país, e a Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, que estruturou a Rede Nacional de Treinamento, abrangendo o treinamento desde a base até a elite, conectando as entidades municipais, estaduais e nacionais, com foco em modalidades olímpicas e paralímpicas.

O terceiro desafio é compreender que a UFESPORTE deve considerar a amplitude das dimensões esportivas, possibilitando a formação acadêmica dos seus estudantes, nos níveis das práticas esportivas definidos pela excelência esportiva, pela formação esportiva e pelo esporte para toda a vida, incorporando e articulando as áreas do alto rendimento, saúde, educação, cultura, lazer e inclusão social. Desta maneira, a produção científica e tecnológica deve atender de forma ampla às demandas da gestão esportiva, do treinamento esportivo, da fisiologia esportiva, da formação de técnicos esportivos e paradesportivos, de ações específicas para as mulheres, da inclusão das pessoas com deficiência, da compreensão das políticas de lazer, de saúde, de edu-

cação, de cultura, de direitos humanos e demais áreas correlatas.

O quarto ponto central é desenvolver mecanismos para capilarizar as ações e informações no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão para todas as regiões do país, para a formação de atletas e paratletas da iniciação à excelência esportiva; das capitais às regiões mais distantes dos grandes centros; do ensino do esporte nas escolas de tempo integral ao lazer e atividade física para todas as idades; do acesso aos atletas em transição e dupla carreira à educação formal continuada; da economia do esporte gerado pela excelência esportiva à inclusão social por meio esportivo; dos comitês, confederações, federações, clubes às pequenas associações e ONGs espalhas pelo país.

O quinto desafio é contextualizar o esporte nos temas emergentes que vão surgindo no decorrer da história, como, por exemplo, os e-sports, a Copa do Mundo Feminina de 2027, as bets, o fim da escala 6x1 e o aumento do tempo livre das trabalhadoras e trabalhadores, o uso excessivo das telas dos celulares e computadores pelas crianças, a violência, entre tantos outros temas que envolvem o esporte no Brasil.

Todos os pontos apresentados são apenas o início do processo de discussão. Assim, entende-se a importância da Universidade Federal do Esporte e a oportunidade que se abre de avançar com o desenvolvimento científico, tecnológico e da formação esportiva e, principalmente, inserir permanentemente o esporte na pauta da agenda política, social, cultural e econômica do país. Por isso, a nossa defesa entusiasmada pela criação da UFESPORTE neste momento histórico do Brasil.

RAPHAEL AYUB

Secretário de Turismo do Rio Grande do Sul

Mês Farroupilha no Rio Grande do Sul: a identidade que também é destino

Setembro tem um significado particular no Rio Grande do Sul. O Mês Farroupilha mobiliza cidades, comunidades e famílias em torno de tradições que atravessam gerações. Muito além de celebrar nossa história, esse período também evidencia um dos principais diferenciais do turismo gaúcho: a força de uma identidade reconhecida, preservada e, sobretudo, vivida.

No turismo contemporâneo, autenticidade tem valor. Cada vez mais, o visitante busca experiências capazes de conectá-lo ao território, à cultura e ao modo de vida de uma região. E poucos destinos brasileiros possuem elementos identitários tão marcantes quanto o Rio Grande do Sul.

Esses elementos identitários estão na música, na indumentária, no artesanato, no chimarrão e no churrasco. Estão também na qualidade dos nossos vinhos, espumantes, azeites, queijos, carnes e tantos outros produtos que carregam características próprias de cada território. Mais do que itens de consumo, são expressões da cultura gaúcha e ajudam a contar a história de quem somos.

Essa identidade se transforma em turismo quando o visitante deixa de apenas conhecer um lugar e passa a vivenciá-lo. Está nas experiências oferecidas por vinícolas e propriedades rurais, na gastronomia, nos empreendimentos familiares,

nos eventos tradicionalistas e nas diferentes paisagens e costumes encontrados do Pampa à Serra, das Missões ao Litoral, da Campanha aos Vales.

É justamente aí que está uma das grandes oportunidades para o desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul. Em um mercado cada vez mais competitivo, destinos precisam encontrar aquilo que os torna únicos. Nós não precisamos criar artificialmente essa diferenciação. Ela já existe. Nosso desafio é qualificá-la, estruturá-la e apresentá-la cada vez melhor ao Brasil e ao mundo.

A superação de tal desafio passa por ações como fortalecer empreendedores, valorizar produtos de origem, ampliar a qualidade dos serviços, estimular novos roteiros e integrar cultura, gastronomia, natureza e produção local. O turismo tem essa capacidade de conectar diferentes setores da economia e transformar características de um território em oportunidades de trabalho, renda e desenvolvimento.

Durante o Mês Farroupilha, tudo isso ganha ainda mais visibilidade. Os festejos movimentam municípios, recebem visitantes, estimulam o comércio e colocaam nossa cultura no centro das atenções. Mas o potencial da identidade gaúcha para o turismo não se encerra em setembro.

A tradição que celebramos nesse mês está presente durante todo o ano e em todas as regiões do Estado. Transformá-la em experiências turísticas qualificadas, preservando sua autenticidade e respeitando as peculiaridades de cada território, é um caminho estratégico para consolidar o Rio Grande do Sul como um destino cada vez mais competitivo.

Valorizar nossa cultura também é fazer turismo. E quanto mais conseguimos mostrar ao visitante aquilo que temos de verdadeiro, mais razões damos para que ele escolha o Rio Grande do Sul, permaneça mais tempo, conheça diferentes regiões e queira voltar para essa região tão rica de identidades.